

ENCARTE

Tribuna de Debates
do Programa Socialista
do PCdoB

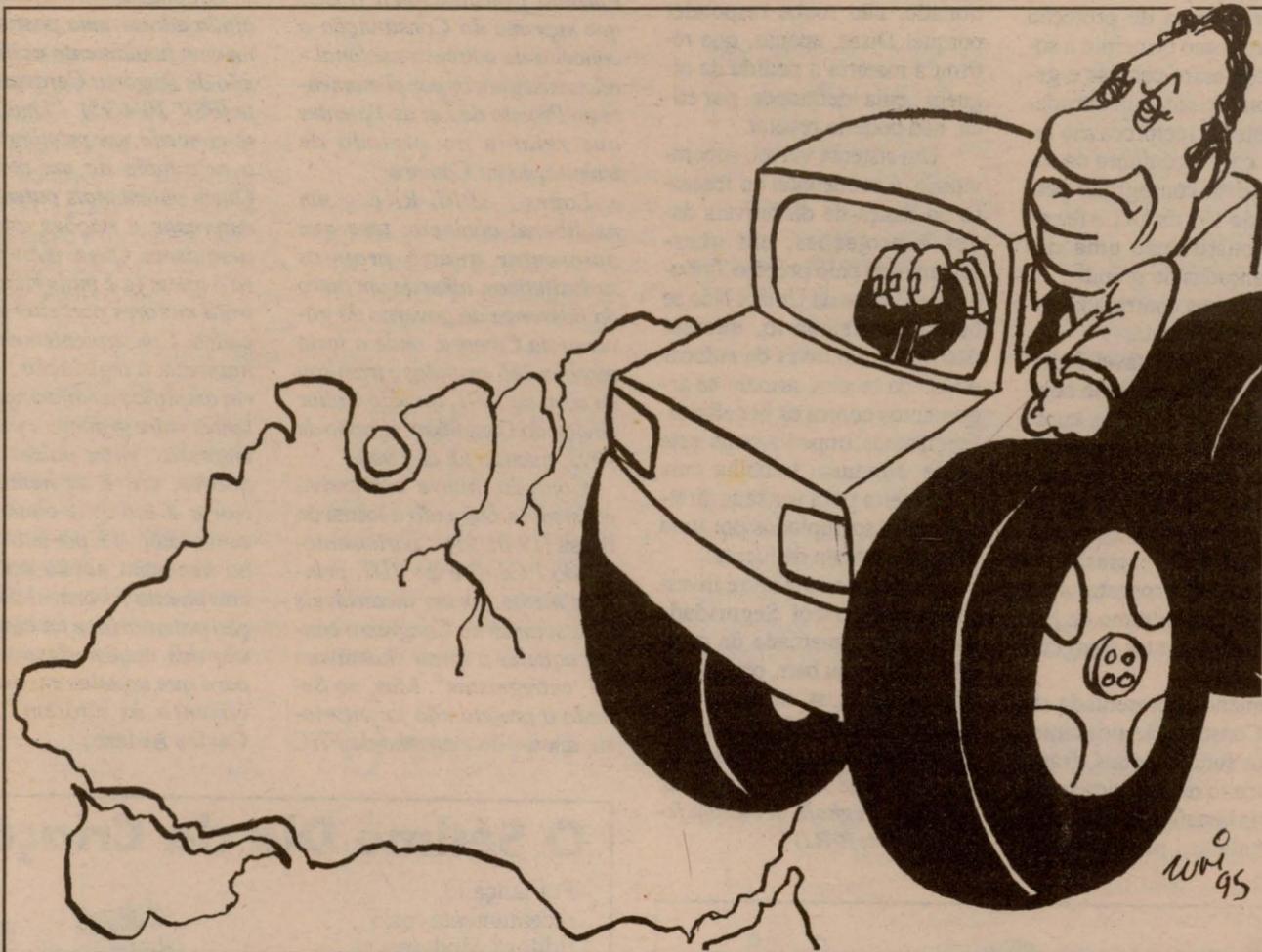
A Classe Operária



PROLETAROS DE TODOS
OS PAÍSES UNÍ-VOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

FERNANDO HENRIQUE ESTÁ QUEBRANDO O BRASIL



A política de sustentação do Plano Real está quebrando o Brasil. As altas taxas de juros levam pessoas e empresas a falência. A lógica do Plano é arrochar os salários, promover a recessão e comprometer a soberania nacional.

Páginas 5 e 6

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, reunido nos dias 3 e 4 de junho, aprovou nota onde analisa a situação nacional e conclama amplos setores a formarem uma frente nacional, democrática e popular para conter a ofensiva neoliberal

O povo reagirá ao entreguismo do governo de FHC

1 Com a aprovação da emenda que liquida o monopólio do petróleo, completou-se na Câmara dos Deputados o ciclo das modificações no capítulo da ordem econômica da Constituição, por iniciativa do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. As cinco emendas - sobre o gás canalizado, a navegação de cabotagem, o conceito de empresa nacional, a extinção do monopólio das telecomunicações e a quebra do monopólio da Petrobrás - constituem grave atentado à soberania nacional, um duro golpe no esforço pelo desenvolvimento econômico independente do país. Desaparece da Constituição um de seus traços

mais significativos de guardião dos interesses nacionais. Do conjunto de emendas aprovadas, resulta uma Carta mutilada, desfigurada.

2 O governo lançou mão de todos os meios para alcançar seu objetivo. Coagiu deputados, negociou votos, distribuiu cargos públicos, anistiou dívidas de ruralistas. Divulgou dados falsos sobre as empresas visadas - Petrobrás e Telebrás -, recorreu ao autoritarismo e à censura, proibindo que diretores e funcionários dessas empresas viessem a público defender o monopólio estatal. Terminada a batalha, Fernando Henrique age com cinismo e de-

magogia, jura que a Petrobrás não se enfraquecerá, posa de defensor da empresa nacional.

3 Saliente papel na vitória do governo foi desempenhado pela mídia. Imprensa, rádio e televisão fizeram campanha uníssona, massificante a favor das emendas de FHC. O monopólio dos meios de comunicação conseguiu desmontar, momentaneamente, a opinião pública, que ainda não se deu conta do crime de lesa-pátria perpetrado pelo governo e pela maioria conservadora e entreguista da Câmara dos Deputados.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
continua na página 3

O Chile vai bem, obrigado...

Durante seminário promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, por mim coordenado, o ministro Reynolds Stephanes, certamente em significativo ato falho, desnudou a questão de fundo que permeia a proposta de emenda constitucional sobre a Seguridade Social. Levado pelas palavras, teceu elogios e confessou-se admirador do modelo chileno, o qual, segundo ele, "vai muito bem, obrigado". Lembrou-me o então ministro Fernando Henrique Cardoso, também em debate na Câmara que, ao ser perguntado a respeito dos motivos de sua confiança no sucesso da política de sustentação do Plano Real, citou o México como exemplo maior de que tudo iria às mil maravilhas. O México "vai muito bem, obrigado...!"

Temos o dever de denunciar a criminoso tentativa de arrebentar com um dos maiores avanços da Constituição de 1988, ou seja, o conceito integrado de seguridade social, abrangendo a previdência, a saúde e a assistência social. O enigma foi afinal desvendado: o que está em curso é a privatização da Seguridade Social. E, nos bastidores, a pressão das seguradoras privadas, ávidas pelos recursos a serem transferidos do setor público.

O sistema chileno parte do pressuposto de que o Estado é ineficiente por natureza e o mercado tudo resolve. Baseado na poupança individual compulsória, transforma a seguridade em mercado de capitais e os benefícios sociais em investimentos de risco. Hoje, 60% do PIB chileno está nas mãos dos fundos de pensão, os verdadeiros donos do país. Sabemos para quem o Chile vai bem!

A instabilidade do sistema



financeiro internacional torna o modelo vulnerável, ocasionando, como no Chile, a incapacidade dos contribuintes de se manterem, não sendo mais protegidos nem pelo Estado nem pelos fundos privados. Ora, qualquer sistema de proteção social tem como princípio a solidariedade entre pessoas e gerações, onde riscos e necessidade de proteção recíproca são repartidos com o conjunto da sociedade. Está consagrado pela Convenção 102 da OIT e fez da nossa Constituição uma das mais avançadas do mundo.

Não somos contra a previdência complementar.

O que é inaceitável é deixar ao setor privado, cujo objetivo central é o lucro, a tarefa de proteger grandes parcelas de cidadãos de um país com um quadro social cada vez mais deteriorado. Este pode ser o ideal de um modelo de exclusão social, nunca uma proposta capaz de permitir um mínimo de justiça em meio a tantas desigualdades.

A emenda apresentada retira da Constituição princípios e direitos fundamentais, fratura o conceito de seguridade social, corta benefícios, desampara aposentados, pensionistas e

trabalhadores urbanos e rurais, deficientes físicos e idosos, jogando para a legislação a regulação de avanços adquiridos pela luta do povo brasileiro. Até o SUS sai da Constituição e o ministro da Previdência, questionado, não soube responder porquê! Disse, apenas, que retirou a matéria a pedido de alguém, cuja identidade, por ética, não poderia revelar.

Um sistema viável, superavitário, é condenado ao fracasso na dança de discutíveis dados e projeções, em questionamento pelo próprio Tribunal de Contas da União. Não se busca aperfeiçoá-lo, querem destruí-lo. Ao invés de focar o lado da receita, armam-se argumentos contra os benefícios. Precisamos impedir mais este golpe. Ninguém trabalha uma vida inteira para ver seus direitos serem surrupiados por uma minoria sedenta de lucros.

Proteção social não é investimento de risco! Seguridade social não é mercado de capitais. "Quem vai bem, obrigado", não é o Chile, sr. ministro Stephanes. São as milionárias seguradoras privadas, às custas do próprio país e de seu povo. (Jandira Feghali, deputada federal PCdoB/RJ)

Lei de Patentes ao sabor de Clinton

No dia em que FHC desembarcou nos EUA, os jornais estampavam anúncios classificando o Brasil como um "país pirata" em matéria de reconhecimento da propriedade industrial. Segundo os cálculos feitos por lá, o Brasil deixa de pagar US\$ 600 milhões anuais em direitos derivados do patenteamento de "descobertas", especialmente da indústria farmacêutica norte-americana. É exatamente este setor que, além de uma lei que lhe seja favorável, deseja incluir o pipeline (ou seja, o pagamento retroativo do reconhecimento de patente) de oito anos - o que orçaria um valor de quase US\$ 5 bilhões em direitos e a falência de mais de 200 laboratórios brasileiros. Foi isto que o deputado Ney Lopes - relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que suprime da Constituição o conceito de empresa nacional - não conseguiu impor plenamente no Projeto de Lei de Patentes que relatou no período de tramitação na Câmara.

Lopes (PFL-RN), um neoliberal convicto, teve que apresentar quatro projetos substitutivos, além de um outro da liderança do governo do governo na Câmara, onde o texto recebeu 246 emendas e tramitou de abril de 1991, quando Collor enviou ao Congresso, a junho de 1993, quando foi aprovado.

Contudo, houve expressiva resistência. Segundo o Jornal do Brasil (19/05/95), "parlamentares do PCdoB e do PDT, principalmente, foram incansáveis ao discursar no Congresso contra aqueles a quem chamavam de 'entreguistas'. Mas, no Senado o projeto não foi vitorioso, apesar do empenho de FHC

- então ministro da Fazenda - e de seu fiel porta-voz José Richa (PSDB-PR). Antonio Mariz (PMDB-PB) assumiu uma postura nacionalista e a legislação passada terminou sem que fosse votado.

FHC disse a Clinton que agora o projeto passa no Senado até meados deste ano. Mas a rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)/Trips (capítulo relativo a direitos autorais), de onde surgiu a Organização Mundial do Comércio a partir de janeiro de 95, admite medidas protecionistas para os países em desenvolvimento que o projeto não incorporou. O Congresso argentino sinalizou para uma postura de independência, derrubando 19 vetos de Menem a emendas que contrariam os EUA.

O Congresso Nacional pode ainda adotar uma postura digna com fundamento nesta reflexão de Rogério Cerqueira Leite (FSP, 30/4/95): "Uma patente concede um privilégio para a ocupação de um mercado. Quem obtém mais patentes são empresas e nações que mais pesquisam. Quem mais pesquisa é quem já é mais rico e controla maiores parcelas de mercados. Consequentemente, por natureza, a legislação patentária amplifica as diferenças existentes entre grandes e pequenas empresas, entre países ricos e pobres, entre os hemisférios Norte e Sul (...) consolida o status quo (...) É por isto que não há nenhuma nação em desenvolvimento favorável à legislação patentária, e há tanta pressão das nações desenvolvidas para que aquelas em desenvolvimento as adotem". (Luís Carlos Antero)

Assine A Classe Operária

Nome.....

Endereço.....

Cidade..... Estado.....

CEP..... Fone.....

Assinatura anual (12 edições) = R\$ 20,00

Assinatura anual de apoio = R\$ 30,00

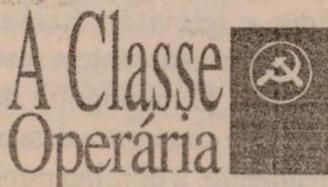
Envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-020

O Sétimo Dia da Criação

Foi lançado, recentemente, pela Editora Moderna, o livro *Engenharia Genética - O Sétimo Dia da Criação*, de Fátima Oliveira.

Neste livro, Fátima Oliveira, médica, feminista e militante da luta anti-racista, apresenta de maneira acessível, a história das manipulações genéticas bioengenheiradas e relata suas principais técnicas.

Mostra que o futuro da humanidade depende, e muito, do resgate pleno da função social das ciências da natureza.



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Redação: Dilermando Toni, Guiomar Prates - Correspondentes: Calucho carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - Colaboradores: Altamiro Borges, Andrea Penna, Antonio Carlos Queiroz, Ary José Rocco Jr., Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Luiz Aparecido, Marcos Ruy, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Sueli Scutti, Umberto Martins, Weverton Brito Lima - Projeto Gráfico: Bernardo Joffily - Diagramação, Arte Final e Fotolito: Editora Raiz (Fone: 011-279.0576 - 270.8561) - Administração: Eriberto Muniz - Assinaturas: Nelson Lopes da Silva - Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01318-020 - Fone: (011) 604.4140 - Fax: (011) 606.0412.

ACRE - Rio Branco - Rua Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Rua Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAPÁ - Macapá - Avenida Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - Rua José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/3246622 - CEARÁ - Fortaleza - Rua São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - Rua Professor Baltazar, 452 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Rua Anhanguera, 3595 - Edifício São Luiz - Sala 3 - (062) 212-4036 - MARANHÃO - São Luiz - Rua Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - Rua Padre Belchior, 285 - (031) 222-3101 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua Maracaju, 249 - Sala 163 - MATO GROSSO - Cuiabá - Rua Comandante Costa, 548 - Fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - Rua Senador Manuel Barão, 1157 - Redim - (091) 222-8733 - PARANÁ - João Pessoa - Rua Belém, 922 - (041) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - Rua Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - Rua Desembargador Freitas, 1216 - (062) 211-1141 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Avenida 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 (021) 240-5286/532-4110 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Rua Vaz Gordin, 85 - Praça Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Mario Homem da Mota, 105 - (083) 241-1927 - SERGIPE - Aracaju - Rua Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - Rua Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 607-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962 B.

continuação da capa

O povo reagirá ao entreguismo do governo de FHC

4 As mudanças na Constituição fazem parte dum complexo de medidas para aplicar o neoliberalismo no Brasil, constituem etapas dos planos globais do imperialismo para subordinar e colonizar o país. Nessa mesma linha enquadram-se as privatizações de empresas estratégicas, como a Cia. Vale do Rio Doce, as siderúrgicas, as petroquímicas etc.; a abertura indiscriminada do mercado interno; a imposição de políticas econômicas recessivas; o arrocho dos salários; a chamada flexibilização dos direitos trabalhistas; a privatização da previdência social, da saúde e de outros serviços públicos essenciais. Às medidas de caráter antinacional e anti-social somam-se os intentos de restringir as liberdades políticas, com a adoção de lei eleitoral e lei orgânica dos partidos, ambas antidemocráticas, cercear o direito de greve e de manifestação, controlar a atividade sindical. O fenômeno não se limita às nossas fronteiras. Tem dimensões mundiais e marca uma época no desenvolvimento histórico do capitalismo. O neoliberalismo é o instrumento dos

oligopólios internacionais, do capital financeiro imperialista, visando a dominação direta do mundo pelas grandes potências. No Brasil encontra sua expressão na linha de governo de Fernando Henrique Cardoso, que aplica rigorosamente o receituário neoliberal, uma política rematadamente antinacional, antidemocrática e anti-social.

5 A grande maioria formada no Congresso em torno do projeto de traição nacional é fenômeno relativamente novo na vida política brasileira. Desde os tempos da luta contra a ditadura, uma parte do centro defendia posições nacionalistas e democráticas. Particularmente o PMDB e também o PSDB, de formação mais recente, caracterizavam-se, desde sua origem, como partidos de centro, inclinados para a centro-esquerda, correspondendo ao posicionamento de setores da burguesia brasileira que lutavam por um projeto nacional de desenvolvimento. Agora, contudo, consumou-se uma grande viragem. PMDB e PSDB, com algumas exceções de deputados e

senadores fiéis à Constituição e aos interesses nacionais, aliam-se abertamente à direita, romperam com boa parte do seu eleitorado, rasgaram suas cartas de princípios, abandonaram históricas posições democráticas. Cumprem o vergonhoso papel de ajudar o governo de FHC a ferir profundamente a soberania nacional, a violentar os trabalhadores, a atentar contra a democracia. Tal viragem constitui importante mudança no quadro político nacional. Não é fortuita nem circunstancial. Representa a capitulação da burguesia brasileira ao imperialismo, o que inevitavelmente tem repercussões de natureza estratégica na luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro. Por outro lado, forma-se no Congresso e fora dele amplo movimento de resistência, tendo por núcleo os partidos de esquerda - PCdoB, PT, PDT, PSB - sindicatos, entidades estudantis, organizações populares e associações representativas da sociedade civil.

6 Aprovadas as emendas constitucionais pela Câmara, FHC assume

a pose de grande vitorioso. Os meios de comunicação, os reacionários, os direitistas mais empedidos, os serviços do imperialismo não lhe poupam elogios. Mas a vitória de FHC é contraditória e precária. Por um lado, porque o processo de aprovação das emendas ainda não se esgotou, estando em aberto a possibilidade de contingenciar a vigência dos artigos constitucionais alterados através de lei complementar. Por outro lado, porque, considerada a situação política e social em seu conjunto, é visível que FHC se isola. Sua postura imperial, intransigente, seu comportamento muitas vezes fascistoide e o sentido geral de sua política despertam a cólera dos trabalhadores, a ira dos democratas, a indignação dos patriotas. Por toda a parte espalha-se um sentimento de revolta com a entrega do patrimônio nacional, o autoritarismo e a insensibilidade para os reclamos da população. É um isolamento que tende a se acentuar quando se transformarem em atos concretos as medidas aprovadas no Congresso e quando o governo prosseguir no esforço

para liquidar as conquistas sociais dos trabalhadores e restringir as liberdades políticas. Não tardará a resposta do povo aos atos antidemocráticos e de traição nacional do governo de FHC.

7 São graves os perigos que ameaçam a nação. O neoliberalismo aplicado pelo governo de FHC e seus aliados compromete seriamente o futuro do país, sua soberania, o regime democrático, as condições de vida do povo. A imensa maioria dos brasileiros não resta outra alternativa, senão lutar com energia e se opor tenazmente à onda neoliberal. É imperioso unir amplos setores políticos e sociais, todos quantos se oponham aos planos e medidas antidemocráticos, anti-sociais e antinacionais do governo de FHC, superar personalismos e hegemonismos artificiais, criar uma ampla frente nacional, democrática e popular que organizadamente comande a resistência, contenha a ofensiva neoliberal e descortine nova situação para o país.

Junho, 1995
Direção Nacional do PCdoB

Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing Mulheres repudiam nova ordem mundial

Setecentas mulheres brasileiras de todos os estados, de muitas profissões e ofícios, de muitas caras e cores, de várias raças e jeitos, de muitas idades e vontades, participaram da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, preparatória da IV Conferência Mundial de Mulheres que se realizará no mês setembro, em Pequim. Falaram de suas reivindicações e lutas, de seus sonhos e anseios. E se pronunciaram sobre o tipo de desenvolvimento que almejam, a igualdade que as interessa, e a paz que serve à sua emancipação.

Ao final de quatro dias de trabalho, a Conferência aprovou uma *Declaração das Mulheres Brasileiras*. O documento faz uma avaliação dos avanços alcançados pelas mulheres brasileiras nas últimas décadas. Faz um alerta destacando que estas conquistas "estão sendo ameaçadas por uma lógica de exclusão social e de gênero" e se pronuncia contra a política neoliberal e os impactos da política de ajuste estrutural gerados por um modelo e desenvolvimento excludente e desumano, que vem aumentando as dificuldades das brasileiras, particularmente as de baixa renda.

A declaração também denuncia que "a privatização do Estado, em prejuízo dos serviços públicos, os reduzidos

investimentos em serviços sociais fundamentais como saúde, educação e saneamento básico, aumentam as pressões sobre as mulheres: significam mais horas nas filas de atendimento médico, menos escolas e creches, mais mortes por parto, mais horas de trabalho e mais violência doméstica".

Mais adiante, declaração destaca que o governo brasileiro se torna o principal instrumento e propulsor das políticas neoliberais no país reduzindo os investimentos sociais e impulsionando "uma política de reformas que coloca em risco a soberania do país e ameaça os direitos que o movimento de mulheres e os movimentos sociais conquistaram nos últimos anos. E res-

salta que a democracia e cidadania que as mulheres aspiram "compreende direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos, sociais, sexuais e culturais que garantam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas", eliminando de forma definitiva as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe.

A aprovação da declaração por maioria esmagadora, mostra que o movimento de mulheres sofreu um processo acentuado de politização nos últimos anos. As mulheres passaram a compreender que, mesmo para defender suas reivindicações específicas precisam se pronunciar sobre economia e política, precisam estar informadas e se posicionar sobre os gran-

des projetos políticos e econômicos para a humanidade.

O movimento também se ampliou e ganhou corpo. Hoje, mulheres que atuam nos sindicatos, nas entidades populares, nos partidos, etc., têm participado ativamente dos fóruns feministas e levam para suas áreas respectivas as reivindicações e lutas do movimento feminista.

Marcos estreitos

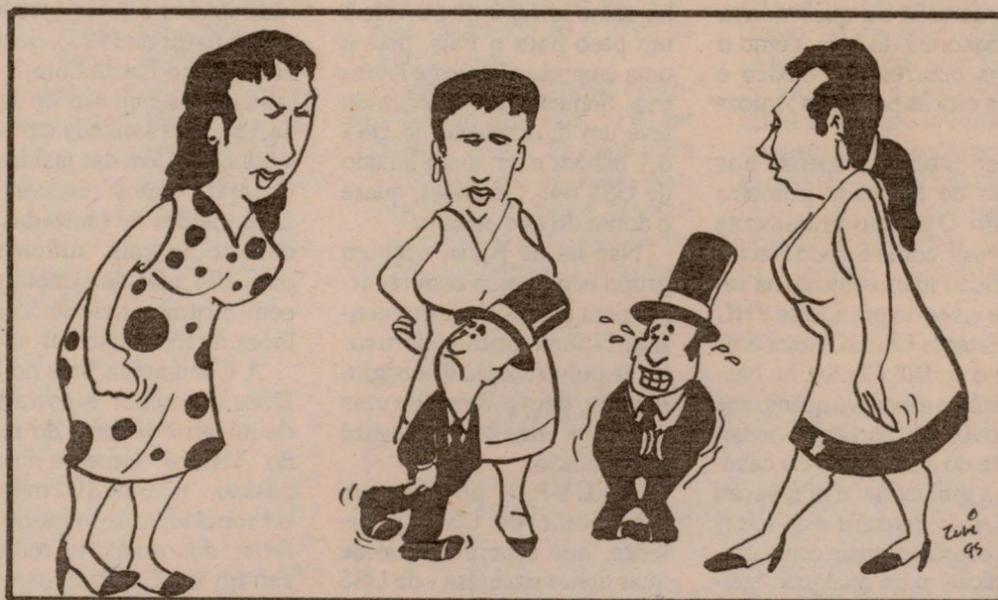
A secretaria nacional da articulação para Beijing mostrou-se aquém da evolução do movimento. Não acompanhou esse processo de ampliação e de politização que ele sofreu e procurou confiná-lo em marcos mais estreitos, apresentando uma versão inicial da

Declaração em linguagem ascética e sem rumo político. Foi derrotada. Como a conferência aprovou a continuidade da articulação do movimento feminista pós-Conferência de Pequim, é fundamental refletir sobre como ampliar os fóruns nos estados e como democratizar a articulação nacional e a secretaria.

A União Brasileira de Mulheres levou cerca de 100 mulheres de 12 estados para a Conferência, com faixas e camisetas com palavras e ordem. A maior delegação foi a de São Paulo, com 35 presentes.

Participamos ativamente de todo o processo, atuando com destaque nos fóruns preparatórios em seis estados e em menor grau nos demais. Marcamos presença na Conferência contribuindo para elaborar e garantir a aprovação do documento final.

No entanto, ainda subestimamos nossa participação. Mesmo nos Estados em que temos destaque não nos preocupamos em estar presentes nas reuniões de articulação nacional. Resultado: não ocupamos todo o espaço que poderíamos. Agora, é importante avaliar nossa participação nos fóruns estaduais após a Conferência de Pequim, para consolidar e ampliar nosso papel no movimento feminista. *Cláudia Catão, Secretária Geral da UBM*



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Barros
Secretaria Geral da UBM

Sindical

✓ Nos dias 25 e 26 de maio aconteceu a eleição no Sindicato dos Correios de Pernambuco, com duas chapas disputando o pleito. A chapa 1 era da Articulação e a chapa 2, da oposição, apoiada pela Corrente Sindical Classista. A vitória foi da chapa 2, com uma vantagem de 10% sobre a chapa 1.

✓ Em Natal, no dia 9 de junho, na eleição para o Sindicato dos Correios do Rio Grande do Norte, também ocorreu a vitória da chapa 1 liderada pela CSC.

✓ Agora, a Corrente Sindical Classista nos correios se prepara para o congresso da categoria, que acontece de 7 a 10 de setembro, em Uberaba, Minas Gerais.

✓ A ação prioritária da Corrente Sindical Classista é a preparação da 7ª Plenária Nacional da CUT, que será realizada entre 30 de agosto e 2 de setembro. Para participar da plenária, os sindicatos precisam estar em dia com a tesouraria da Central. As plenárias estaduais serão realizadas entre os dias 15 de julho e 30 de agosto.

✓ No dia 13 de julho será realizada em São Paulo, uma reunião da coordenação nacional da CSC, ampliada com a participação de um coordenador estadual e um representante por ramo de atividade. Em pauta, a 7ª Plenária e a organização da Corrente.

✓ O Centro de Estudos Sindicais promove, de 14 a 18 de julho, o seminário Caminhos do Socialismo no Brasil.

Para o dia 14 está previsto o debate Lições da História, com Renato Rabelo, da direção do PCdoB; Armando Boito, professor da Unicam; e Jacob Gorender, historiador.

No dia 15, a discussão será sobre Economia no Socialismo, com Paul Singer, professor da USP; Marcos Gomes, economista; e Aldo Arantes, deputado federal.

Democracia Socialista será o tema do dia 16, com Sérgio Miranda, deputado federal; Francisco de Oliveira, do Cebrap; e Paulo Arantes, professor da USP.

No dia 17 serão debatidas as Experiências Chinesa e Cubana, com Emir Sacler, professor da USP; Haroldo Lima, deputado federal; e Rafael Hidalgo, cônsul de Cuba.

Os caminhos para o socialismo será a discussão do dia 18, com Aldo Rebelo, deputado federal; João Machado, da executiva do PT; e Clóvis Moura, historiador.

A Vale do Rio Doce é uma mina

É indiscutível a importância da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para o pleno desenvolvimento do Brasil, especialmente neste momento em que as economias nacionais planejam estratégias para a virada do século. O que seremos no século XXI depende, portanto, do destino que daremos ao nosso patrimônio básico. Sem exagero, podemos considerar trágicas as consequências que trariam a sua privatização.

A intenção do governo ao propor a privatização da Companhia Vale do Rio Doce - maior exportadora de minério de ferro do mundo - decorre da concepção das pretendidas reformas constitucionais, no rumo do modelo neoliberal já implantado no México e na Argentina, onde um estágio mais avançado permite avaliar reais efeitos.

Receita do consenso

O receituário em pauta pertence ao chamado Consenso de Washington, que prevê, entre outras medidas, a redução das alíquotas de importação; fim das restrições ao capital estrangeiro e às instituições financeiras internacionais. Tudo isso em detrimento dos interesses do país, da sua população e de sua soberania. As consequências já são conhecidas: arrocho salarial, recessão e a quebra da economia do país, como o que já ocorreu no México e agora está às portas da Argentina.

Isso interessa apenas aos países do chamado primeiro mundo. O projeto de desmonte do Brasil, como Estado Nacional, ficou mais evidente na recente visita do presidente FHC aos Estados Unidos. Nesta ocasião, o sr. Bill Clinton foi bastante claro e incisivo quanto aos objetivos da "parceria", semelhante do acordo entre a cabeça e a guilhotina: a aprovação da Lei de Patentes e as reformas constitucionais como pré-condição para qualquer "gesto de boa vontade". Na pauta, somente não foram abordadas



as necessidades prementes do povo brasileiro, o desenvolvimento da nossa economia e das nossas empresas, a geração de empregos, a produção de alimentos e a redução das desigualdades sociais e regionais. Pelo contrário, a ênfase foi à entrega de nossas riquezas e à extinção de nossa soberania.

É preciso ver claramente o papel de empresas estatais de grande porte e de interesse estratégico para o país. No caso da CVRD temos um conglomerado industrial que reúne mais de 40 empresas, atuando em ramos especiais para o desenvolvimento: além do minério de ferro e pelotas, alumínio, madeira, celulose, cobre, bauxita, ouro e siderurgia, atua também com transporte ferroviário e marítimo, entre outras atividades. Não há como afirmar que a Vale é um peso para o País, pois é uma empresa altamente lucrativa. Somente no ano passado teve um faturamento de US\$ 4,1 bilhões e um lucro líquido de US\$ 645,1 milhões, quase o dobro do que investiu.

Não há no Brasil nenhum grupo econômico com recursos para adquiri-la, o que consistiria uma ameaça particular de pulverização do conglomerado, com a venda de uma ou outra empresa de menor importância.

A CVRD possui um patrimônio de US\$ 16 bilhões, que supera o total de suas ações em bolsa - de US\$ 9,5 bilhões. O interesse em comprar a Vale do Rio Doce

parte de grandes grupos econômicos internacionais, que desejam explorar nossos minérios, levando-os a preço de banana e deixando-nos apenas a degradação da natureza e os custos sociais. É ainda mais preocupante a situação se levarmos em conta a disposição do governo em privatizar a qualquer custo, vendendo o que é rentável e bem-sucedido e permanecendo com a dívida para a União.

Isso é crime

No caso do nosso subsolo e da CVRD, o crime é de imenso porte. As reservas da Serra de Carajás somam 18 bilhões de toneladas. De lá, são extraídos 42,5 milhões de toneladas por ano. Mantido o ritmo, a mina pode ser explorada até o ano 2.418 (por 423 anos a partir de 1995). Segundo o Banco Patrimônio, a totalidade de minério de ferro da Vale está avaliada em US\$ 4 bilhões. Além das jazidas de Carajás, temos reservas de 19,5 bilhões de toneladas no sudeste do país, suficientes para 394 anos de exploração, com o ritmo atual de 55 milhões de toneladas por ano.

A Companhia Vale do Rio Doce é a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Vendeu, somente no ano passado, mais de 100 milhões de toneladas de minério de ferro, dos quais 40 milhões saíram de Carajás, segundo relatório da empresa. Entre as dez maiores empresas exportadoras do Brasil, cinco são do sistema CVRD. No mundo, somente as mineradoras australianas - CRA e DHP competem com a Vale. E são, sem dúvida, estas as maiores interessadas na sua compra. Esta é a conclusão de analistas da Salomon Brothers e do Banco Patrimônio que estudaram as modalidades de negócio que podem ser feitos com a Vale. Diz José Eduardo Martins, diretor executivo do Banco Patrimônio: "eles podem comprá-la para tomar seus mercados e ir desmontando a empresa aos poucos" (Folha de São Paulo, 5/4/95). A quem interessa isso? Ao Brasil, certamente não. Seria como entregar a nossa galinha dos ovos de

ouro. A CVRD cumpre hoje papel destacado na definição de preços do minério de ferro no mercado internacional.

No Pará, a Companhia Vale do Rio Doce - enquanto estatal - é da maior importância. Dois dos maiores projetos em andamento no país - a retomada da Alunorte e o projeto Salobo - estão localizados no Estado. Somente neste segundo projeto os investimentos previstos ultrapassam a US\$ 1,5 bilhão, com a previsão de gerar 1.740 empregos diretos, e, no seu tempo de vida útil (33 anos), recolher aos cofres públicos cerca de US\$ 1,7 bilhão em impostos, com faturamento médio anual de US\$ 550 milhões (dados da empresa). Esse projeto permitirá ao Brasil não somente a autonomia no consumo interno do cobre (hoje nosso déficit é estimado em 70 mil toneladas/ano) como também exportar o excedente da produção.

São dez grandes projetos em andamento no Pará, com investimentos (já realizados e previstos) acima de US\$ 9 bilhões e que se aproximam dos onze mil empregos diretos e indiretos. A CVRD fatura no Pará valor superior ao que o governo arrecada em impostos. Além disso, em 94, pagou aos cofres públicos do Estado US\$ 67 milhões, considerando somente os tributos estaduais e municipais. Isto representa quase 20% da arrecadação do Estado em impostos. E poderá representar muito mais se os investimentos previstos forem concretizados.

São extensos os argumentos contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Apenas estamos levantando o debate. O inadmissível é que o governo tente tomar decisões cruciais para o país sem discutir com a sociedade, desinformando e explorando o desconhecimento dos desastrosos efeitos que provocariam tais decisões. Isto constitui crime contra o interesse nacional; previsto, aliás, na Constituição que pretendem desfigurar.

Lutar contra a venda da Vale é um dever de todos os brasileiros. (Socorro Gomes, deputado federal PCdoB/PA)

Ato reúne 20 mil pessoas em Minas

A grande imprensa compareceu ao local, não noticiou uma linha, mas o fato ocorreu e é digno de registro. Mais de 20 mil pessoas foram ao ato público contra a privatização da Vale do Rio Doce, realizado no dia 2 de junho em Itabira (MG), berço da companhia mineradora. Lideranças de diversos partidos políticos, entidades democráticas e personalidades nacionalistas, entre as quais Leonel Brizola, presidente do PDT; Luis Inácio Lula da Silva, presidente do PT; e o deputado federal Sérgio Miranda, do PCdoB

O complot de silêncio da grande imprensa faz parte da estratégia de desinformação das elites dirigentes e do governo FHC, que querem impor a qualquer custo o entreguismo do patrimônio público ao grande capital, em particular às multinacionais.

O ato revelou que o espírito patriótico ainda é forte entre os brasileiros e a luta contra a política antinacional e antipopular de FHC mal começou.

Os dados estão rolando

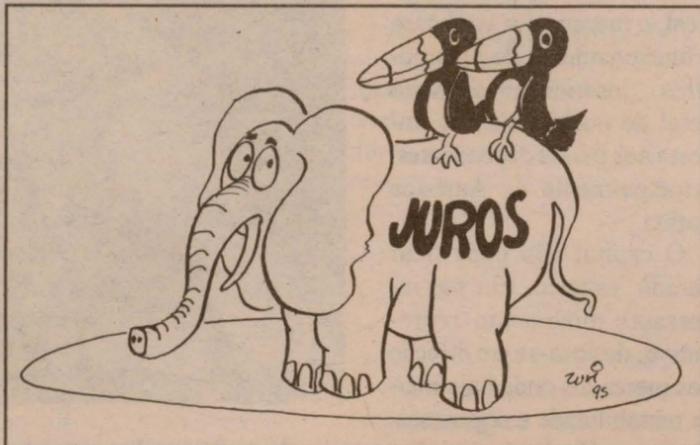
A jogatina promovida por FHC com os interesses nacionais tem um dia seguinte na forma de uma grande ressaca. O governo, após a aprovação das propostas de emenda constitucional na Câmara, está às voltas com novas dificuldades que envolvem juros altos, falências, rebeliões e lutas intestinas em sua base de apoio.

O Diário Oficial da União publica diariamente dezenas de nomeações, mas é insaciável o apetite dos deputados que votaram com o projeto neoliberal. Há muito mais espinhos que rosas no caminho de FHC, que sai em julho para novas viagens como testa-de-ferro de Bill Clinton e do FMI

Novas situações, aparentemente inesperadas, começam a despontar, demonstrando que são muitas as contradições existentes em torno da implementação do projeto neoliberal no Brasil. O festival de entreguismo que o país inteiro presenciou nas votações da Câmara dos Deputados, liquidando uma a uma conquistas nacionais contidas na Constituição, agora ganha novo contorno. Como as vitórias do governo FHC no parlamento não foram limpas, e, pelo contrário, mostram engodos de tons variados, barganha desavergonhada de votos, um toma-lá-dá-cá que afronta a consciência da população, agora estão em evidência as dificuldades do governo para administrar a política econômica, sobretudo em decorrência dos protestos contra os juros escorchantes.

Os setores produtivos industrial e agrícola, e também o comércio, estão quebrando literalmente, perdendo feio para o time dos especuladores. Os mesmos parlamentares que votaram com o governo na pirataria à Constituição, agora são fortemente pressionados por suas bases empresariais - as que bancaram suas campanhas e agora querem um retorno na forma da contenção dos juros elevados que estão falindo muitos empresários. Assim, não bastaram os cargos e favores em troca do voto em plenário. As repercussões do Plano Real na sociedade são de tal modo perversas que vem atingindo inclusive os ricos e privilegiados.

Desse modo, a visita de Pedro Malan ao Congresso, em nome da equipe econômica, foi um verdadeiro desastre. Foi recebido por deputados ansiosos que votaram com o governo na reforma, mas que agora estão em desespero. O primeiro vice-presidente da Câmara, Ronaldo Perim, fez questão de mostrar sua decepção com a política de juros altos, revelando sua falência, pois perdeu sua participação majoritária numa empresa: "Nesses cinco meses de administração Fernando Henrique, os juros comeram tudo". Outro deputado, Salomão Cruz (PFL-RR), deixou Malan constrangido com seu relato: o Banco do Brasil está cobrando agora uma dívida de empréstimo de seu pai que teria carência de oito anos. As 200 reses compradas com a dívida agora valem 600. "Estou passando o problema para o senhor; o senhor acha que isto está cer-



to?"

Foi desse modo que a aprovação do Projeto de Lei Complementar no Senado por 42 votos a 20 abriu caminho para o requerimento da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), com o apoio de 310 deputados, para votação da matéria na Câmara em regime de urgência, recebendo apoio quase generalizado, inclusive, de aliados do governo, repercutindo amplamente na sociedade como uma festejada ação legislativa contra a especulação, contra a recessão e em defesa dos setores produtivos - que, como ocorreu na Argentina, começam a ser sucateados para ceder seu lugar às multinacionais.

O Brasil caminha para a bancarrota com as maiores taxas de juros do mundo, cerca de 35% anuais. Os países recordistas eram a Grécia (8,7%) e a Coreia do Sul (6,3%) num estudo da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, em 94, no momento em que os juros anuais no Brasil atingiam 26,9%. Agora, noutro estudo que envolve 38 países, o Brasil aparece novamente como paraíso mais generoso para os especuladores externos e internos, com juros reais superiores aos das sete maiores potências. Os recursos de poupança, remunerados à taxa real de 6% ao ano, oferecem enormes lucros aos banqueiros, negociistas oficiais e subterrâneos. Para satisfazer o apetite insaciável da ciranda financeira, o país chega a dispendir 11% do PIB.

Somente no orçamento da União estão 12 bilhões de dólares destinados à cobertura dos juros da dívida, reclama Fernando Gasparian, que é amigo pessoal de FHC, e, na Constituinte de 1988, foi o autor da proposta dos juros de 12%. Jânio de Freitas (FSP, 22/6/95) denuncia o dispêndio de R\$ 15 bilhões com os especuladores internos este ano, numa dívida que, segundo o próprio presidente revelou no jantar com o PTB, atinge os R\$ 70 bilhões. O con-

fisco da população torna-se legal, sendo institucionalizado igualmente o arrocho salarial, que aumentará com a desindexação (ver box). O governo diz que sem a atual taxa será obrigado a emitir moeda. É isto liquidado com seus sonhos de estabilização pelas vias especulativa e recessiva.

É uma difícil encruzilhada para o governo, que procura uma saída inexistente para a crise em que enfiou a economia. Se baixar a taxa de juros os especuladores revoam para investir noutras paragens. Há uma crise cambial à vista e uma balança comercial com o maior saldo negativo da história, as exportações perdendo feio para as importações.

Mas as dificuldades do governo vão aumentar. FHC sai durante o mês de julho para visitas oficiais à Venezuela, Argentina e Portugal, preocupado com as votações da reforma no Senado. Com medo

do arrefecimento do ânimo reformista no Congresso, tentou evitar o recesso de julho, mas não contou com a boa vontade de José Sarney, que não se considera "prestigiado" pelo governo em suas demandas e de sua bancada por cargos. Para o senador Gilberto Miranda (PMDB/AM), não há razão "para aprovar correndo" emendas tão importantes".

Mas os problemas dos neoliberais são mais extensos. A indicação do senador Ronaldo Cunha Lima para relatar a PEC do petróleo criou o primeiro problema grave para a tramitação tranquila desejada por FHC. Inconformado com as denúncias do TCU contra seu filho Cássio, na Sudene, Cunha Lima reafirmou suas posições e condicionou a não alteração da proposta do governo a alguns itens bastante incômodos: a Petrobrás não deve ser incluída no programa de privatizações, deve continuar explorando as 29 jazidas de petróleo em operação e deve ter a garantia de preferência nas concorrências pública. Além disso, quer a recriação do Conselho Nacional do Petróleo. Mais: quer que FHC se antecipe com uma proposta, mudando a Lei 2004, que criou o monopólio estatal, incorporando os quatro pontos exigidos. Do contrário, qualquer modificação na PEC obrigará a mais duas votações na Câmara, aumentando o

desgaste do governo.

Diante do desafio, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Íris Rezende, relutou em confirmar o nome do senador paraibano, mas o líder do PMDB, Jáder Barbalho, manteve a indicação, afirmando que Cunha Lima "relatará como quiser". Como o PMDB tem a maior bancada no Senado, Barbalho aproveitou para aumentar seu poder de barganha: "Vamos ver se o PMDB acompanha o relator ou se o relator acompanha o PMDB".

Com isso, aprofundam-se também as lutas intestinas na base de apoio governista por maiores fatias de poder. Tais conflitos vêm se acentuando também entre PSDB e PFL, que disputam influência junto ao presidente. Especialmente depois que o PFL lançou seu projeto para o ano 2000 e depois que Sérgio Motta, secretário-geral do PSDB e ministro das Comunicações, afirmou que o PSDB pretende permanecer no poder até o ano 2015. Com tantas escaramuças e dentes arreganhados na cara do governo, nem tudo são rosas no futuro do projeto neoliberal. Pelo contrário: novos espinhos surgem a cada momento, espantando as pretensões globalizantes da economia brasileira, hoje submersas num mar de contradições. (Luiz Carlos Antero, colaborador d'A Classe)

É preciso barrar o arrocho salarial

O governo FHC cada vez mais se credencia como inimigo número 1 do povo brasileiro. Atingidos de forma implacável pela crise, que arrocha salários, aumenta o desemprego, espalha miséria pelo país, os trabalhadores agora são "presenteados" com uma nova política salarial que somente irá agravar ainda mais suas precárias condições de vida.

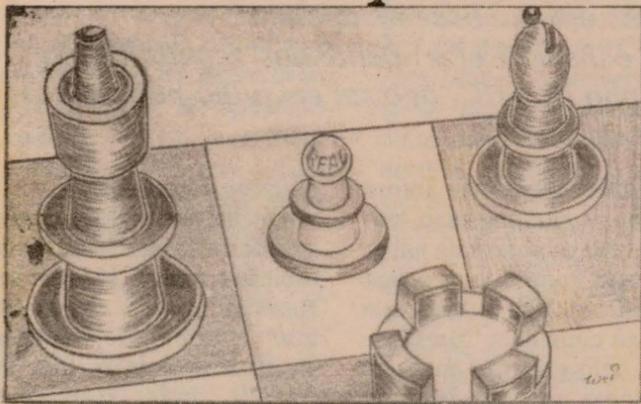
A partir de 1º de julho entra em vigor a desindexação dos salários e a livre negociação entre patrões e empregados. Pela proposta do governo, divulgada até agora, os trabalhadores que ganham até três ou cinco mínimos teriam, na próxima data-base, um reajuste de 50% da inflação passada (calculada nos últimos 12 meses) e mais 50% da inflação futura. Para os demais já prevaleceria a livre negociação, que atingiria todas as faixas a partir de julho de 1996. Apenas o salário mínimo continuaria sendo corrigido por índices fixados pelo governo.

Para o deputado federal Inácio Arruda (PCdoB/CE), "falar em desindexação salarial e livre negociação no atual quadro e da forma como está imposta é, na verdade, instituir o livre arrocho de salários. Atualmente existem quase vinte milhões de desempregados no país. Isto leva os trabalhadores a priorizarem a luta pela garantia do emprego e dificilmente obterão qualquer reajuste salarial. Além do mais, enquanto desindexa salários, o governo nem cogita congelar preços e mantém os juros na estratosfera, agravando ainda mais o quadro recessivo".

Mas a reação dos trabalhadores já começa a surgir. Reunidas em Brasília no último dia 22 de junho, 14 federações de trabalhadores e quatro centrais sindicais (CUT, USI e as duas CGT's) divulgaram um documento onde condenam a proposta do governo, considerando-a "precipitada e inoportuna", deixando os salários "sem salvaguardas" diante de um quadro de inflação elevada e "acarretando substancial perda de poder aquisitivo dos salários".

As entidades sindicais apresentam uma proposta capaz de assegurar o mínimo de justiça salarial, onde defendem: a reposição integral para todas as categorias, do IPCr acumulado, a ser pago em 1º de julho; garantia de uma antecipação salarial automática sempre que a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) atingir 6%; livre negociação de aumentos reais nas datas-base, garantida toda a reposição da inflação do período, descontadas as antecipações eventualmente ocorridas e garantia de que o salário mínimo em 1º de maio de 1996 alcançará R\$ 180,00, valor irrisório que equipara aos salários do Mercosul. Trata-se de uma proposta ainda tímida mas que é capaz de unificar amplos setores do movimento sindical de forma a organizar a mobilização contra o arrocho salarial pretendido por FHC. (Inácio Carvalho, colaborador d'A Classe)

Plano Real está em xeque



O Plano Real, âncora política do governo FHC está quebrando o Brasil. Essa é a constatação que fazem hoje um número cada vez maior de pessoas, na medida em que vai ficando claro que recai sobre os ombros dos trabalhadores, de pequenos e médios empresários o preço da estabilidade. Para se ter uma idéia da dimensão da quebra geral que assola o país, é interessante verificar alguns dados. Nos cinco primeiros meses deste ano já chegaram aos cartórios de protesto 2.861.000 títulos, um número quase 100% superior ao do mesmo período do ano de 94, o maior dos últimos dez anos.

Palavras como insolvência, inadimplência, concor-data, falência, protesto, passam a fazer parte do cotidiano de milhões de pessoas. Em Brasília, nos doze primeiros dias de junho foram registrados 8.263 comunicados de cheques sem fundos ou atrasos em prestações. De acordo com levantamento do Sindicato da Indústria da Cerâmica para Construção do Estado de São Paulo, que congrega 650 empresas de pequeno e médio porte, nada menos do que 80% dos empresários do setor têm hoje pendências bancárias ou tributárias. Endividadas, essas empresas estão operando com 50% de ociosidade.

A taxa de juros praticada pelo governo é em boa parte responsável por esta situação. São os juros mais altos do mundo. Para descontar uma duplicata, os bancos chegam a cobrar 140% ao ano de juros. Cartões de crédito ou cheques especiais, cerca de 15% ao mês.

Os juros extorsivos atingem em cheio os pequenos e médios agricultores. São milhares e milhares de pessoas que se encontram na situação do senhor W. Kolbricht, que mora no sudoeste paranaense. Ele adquiriu um trator Agrale e um arado subsolador através de financiamento bancário em junho de 1993. À época, o financiamento correspondia a 3.613 sacas de soja. Em meados de 94, ele resgatou parte de sua dívida equivalente a 1.626 sacas de soja. Só que agora, ao verificar o saldo devedor, ainda deve o correspondente a 6.748 sacas de soja ou R\$ 53.985,33.

Porque juros tão altos?

O governo tem dito aos quatro ventos que pratica uma taxa de juros estratosférica para conter o consumo. As pessoas físicas e as empresas, devido à estabilidade da moeda, estariam consumindo muito e isto poderia gerar inflação. Na realidade, o motivo principal da política de juros do governo é tentar atrair capital externo, de curto prazo e especulativo, para com ele cobrir o déficit do balanço de pagamento brasileiro. Mantendo o Real artificialmente valorizado, o país vai acumulando pesado déficit comercial: de novembro a maio deste ano, US\$ 4,85 bilhões, a despeito das medidas de proteção à indústria automobilística, um setor dominado totalmente por multinacionais, diga-se de passagem. Ao somar-se o déficit comercial ao que o Brasil paga aos banqueiros estrangeiros (descontados os investimentos feitos no país) prevê-se que o ano de 1995 fechará com um déficit de US\$ 20 bilhões no seu balanço de pagamentos. Anteriormente, este déficit era financiado com o saldo positivo da balança comercial. A novidade é que agora, também ela é negativa.

Dessa maneira, o governo FHC é hoje, literalmente, um refém dos banqueiros brasileiros e internacionais. Tem emitido um volume crescente de títulos da dívida interna que, segundo dados do Banco Central, chega aos R\$ 70 bilhões (não contando os outros R\$ 30 bilhões dos estados e municípios) e, mais recentemente, retomou uma prática de muito abandonada, que é a emissão de bônus do Tesouro Nacional no exterior. Com esse expediente o governo captou US\$ 1.672 bilhão no Japão e na Alemanha, que vencerão daqui a três anos.

Por outra parte, o governo intensifica o processo de privatizações das empresas estatais, a fim de fazer caixa para pagar dívidas. Além disso, FHC anuncia para o começo de julho a Medida Provisória que irá desindexar os salários do IPC-r, jogando os trabalhadores às cobras para permitir uma extração ainda maior de mais-valia.

Esta é a lógica do Plano Real: arrochar o povo, promover a recessão, comprometer a soberania nacional para pagar os banqueiros. Em abril último, o Tesouro Nacional pagou US\$ 1,8 bilhão de dólares a credores internacionais. Estes sim, estão satisfeitos, contabilizando lucros fabulosos. (Dilermando Toni)

Veja a opinião da deputada que propôs a urgência para o projeto que regulamenta a Constituição, fixando os juros em 12% ao ano

As altas taxas de juros

Altíssima taxa de juros, a mesma que o próprio Governo FHC considera "escorchante", é, na verdade, o coração do Plano Real, o mecanismo vital para o funcionamento de uma política, inserida no contexto geral do neoliberalismo, imposta aos países dependentes, principalmente da América Latina.

O capital não pode ficar parado, estático. Em seu incessante movimento reprodutivo, desloca-se em direção dos mercados onde haja maior rentabilidade e segurança. Com a queda dos juros internacionais, a partir de 1988, os bancos e organismos mundiais pressionaram os países do Terceiro Mundo a criarem políticas que viabilizassem a remuneração e a confiabilidade necessárias aos capitais circulantes.

Foi o início da época dos planos de estabilização, amplamente adotados na América Latina. Tendo como principal objetivo a estabilidade monetária, implementou-se no continente políticas de juros altos, liberação do câmbio e das importações, moedas atreladas ao dólar, ajuste fiscal e agressivos programas de privatização.

A lógica desses planos está baseada na estabilidade monetária porque, criado um clima de previsibilidade e cálculos confiáveis sobre a taxa de juro real, nasce a condição principal para a entrada do capital. Com a estabilidade da moeda, os juros altos, a liberação cambial e a confiança gerada com a dolarização, assumida ou envergonhada, da moeda nacional, o caminho está livre para a tão esperada entrada dos capitais.

Acontece que, para funcionar a contento, tem que haver capital com disposição para entrar nos países mais atrativos. Ora, desde 1994, os juros internacionais começaram a subir avassaladoramente, chegando, nos EUA, a duplicar em 10 meses. Os capitais, atraídos pela maior estabilidade econômica do Primeiro Mundo, foram largando de mão os chamados "mercados emergentes." Com o estancamento do fluxo, os planos de estabilização entraram em crise e o México, por exemplo, quebrou em menos de um ano.

O Brasil, diante do fato consumado, teve que dobrar as taxas de juros para tentar conter a fuga de capitais e adotar políticas de curto prazo para administrar a falência do sistema neoliberal imposta pela fria ló-



gica do capital: ganhos crescentes, nenhuma preocupação com os interesses econômicos-sociais da nação.

Esta, afastada a cortina de fumaça da "modernidade", "competitividade", "globalização", "fim da inflação", é a concreta realidade do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo monopolista, aceita com subserviência pelo governo FHC.

A vida se impõe

Passado o período das ilusões fáceis, da retórica enganosa, a vida real se impõe, desmascara o Real dos "gênios de plantão" e os resultados da dependência e submissão a projetos de fora começam a aparecer em toda a sua crueldade: com os juros na estratosfera, o consumidor, o cidadão não compra, o pequeno e médio produtor quebra, o industrial não produz, o salário se avilta, o desemprego se faz presente, a concentração de renda cresce, o mercado interno diminui, estados e municípios sucumbem em dívidas, a economia entra num profundo processo de recessão e de retorno da inflação, mas fica garantido o ganho do capital financeiro.

Os juros altos passam a revelar o que de fato são: um gigantesco fator de transferência de renda da população para agiotas e banqueiros nacionais e internacionais. E que, precisam, na lógica hegemônica, ser mantidos nas nuvens, pois do contrário, o sistema neoliberal desmonta como castelo de areia.

É preciso lembrar - e refletir - que, na década de 60, a relação salário/capital na renda nacional era de 70% para o primeiro e 30% para o segundo. Hoje, a situação se inverteu e o capital detém cerca de 70% da renda, enquanto aos salários restam 30%.

E mais: uma taxa de 12% ao ano ainda é alta, uma vez

que nos países desenvolvidos ela não ultrapassa os 6% anuais. No Brasil, levando-se em conta a inflação ainda existente, os juros chegaram a 64,80% anuais no mês de maio. Não praticamos política de juros; praticamos, isto sim, crime de usura, penalizando, excetuados os especuladores internos e externos, toda a sociedade.

Esta taxa mínima, considerada impossível pelas autoridades e banqueiros, ainda assim é o dobro das taxas de empréstimos praticadas atualmente nos Estados Unidos.

Assim, para propiciar ganhos aos grandes capitais e não destruir uma política econômica hoje indispensável ao capitalismo internacional, não há recursos para investir em saúde, educação, segurança, enfim, em políticas direcionadas para os interesses da maioria da população.

O país não suporta mais uma taxa de juros que só beneficia aos banqueiros e especuladores nacionais e internacionais. Inverter esta lógica perversa é o único rumo a seguir para evitar o desastre. Precisamos de produção, emprego, salários dignos, desconcentração de renda, alargamento do mercado interno, investimentos na área social.

Daí o requerimento de urgência, com mais de 300 assinaturas, para discussão e votação da Lei Complementar nº 17/95, aprovada em março no Senado Federal, que regulamenta o parágrafo 3º do artigo 192 da Constituição, fixando a taxa de juros reais em, no máximo 12% ao ano.

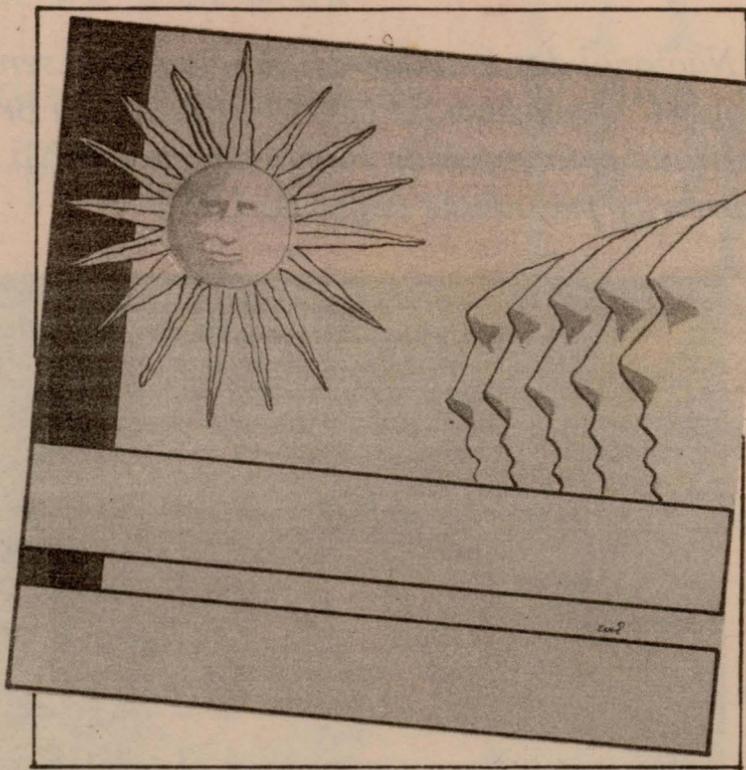
Precisamos criar, em torno de matéria tão polêmica e onde estão em jogo interesses imensuráveis, uma base social de apoio. A relevância do tema exige de todos uma participação consciente e de vanguarda. Não podemos permanecer em silêncio às vésperas da terra arrasada. Juiz da 1ª Vara Federal PCdoB/RJ)

Fórum de São Paulo reúne-se no Uruguai

Realizou-se de 25 a 28 de maio em Montevidéu, Uruguai, o 5º Encontro do Fórum de São Paulo. Presentes 65 partidos e organizações progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe e cerca de duas dezenas de organizações da Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Austrália, como observadores. O Brasil esteve representado por delegações do PCdoB, PT, PDT, PCB, MR8 e PPS.

Mais de cinco mil pessoas participaram de um combativo ato público de abertura no ginásio de esportes do Peñarol, onde o general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla, organização que abarca toda a esquerda uruguaia, é a segunda força política do país e governa a capital, pronunciou o discurso inaugural.

Ele denunciou o neoliberalismo e pregou a luta pela democracia, a justiça, a liberdade, a igualdade e a soberania das nações. "Não devemos aceitar - disse - processos de adaptação e mudança que signifiquem para nossos países maior dependência dos centros internacionais de poder... Não podemos resignar-nos a reduzir a economia aos puros equilíbrios macroeconômicos sem desenvolvimento, ao predomínio dos centros financeiros - muitas vezes de caráter internacional e meramente especulativo, à renúncia aos nossos processos industrializadores e de independência nacional... Tampouco



devemos aceitar para nossos países que a globalização implique a quase desaparecimento do Estado".

Após três dias de debates sobre a evolução do quadro político, econômico e social da América Latina e do Caribe, desde a realização do 4º Encontro, em 1993, durante os quais a grande maioria dos oradores denunciou os efeitos da aplicação do neoliberalismo em seus países, aprovou-se uma Declaração que chama os povos da América Latina e do Caribe à luta contra o neoliberalismo e ressalta o incremento do papel de gendarme dos Estados Unidos, que, nos marcos da unipolaridade militar em escala mundial, utiliza o Conselho de Segurança da ONU e iniciativas particulares para impor pela via da intervenção militar direta, sua injusta ordem e seu modelo, empregando todo tipo de pretexto e considerando a sua soberania como a única válida no mundo".

Enfrentar e derrotar essa proposta hegemônica - salienta a declaração - "é um dos grandes desafios do presente".

O 5º Encontro do Fórum de São Paulo reafirmou a solidariedade dos povos e das forças progressistas latino-americanas e caribenhas a Cuba e condenou em termos veementes o projeto Helms-Bur-

ton que intensifica o bloqueio do imperialismo norte-americano a Cuba. Também foi objeto de repúdio, em moção especial a decretação do estado de sítio na Bolívia. O Fórum de São Paulo aprovou também uma moção de apoio à greve dos petroleiros brasileiros e denunciou como antidemocrática a ocupação das refinarias da Petrobrás pelo exército, por ordem de Fernando Henrique Cardoso.

A marcante influência que têm no Fórum de São Paulo algumas forças intermediárias, de esquerda reformista, fez com que a declaração acentuasse a luta por objetivos enganosos, como "promover e construir um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social", sem explicitar que o pré-requisito para a conquista de um novo modelo é a intensificação da luta nacional, democrática e popular contra o imperialismo e as classes dominantes de cada país a ele subordinadas. Apesar disso, não foram poucos os partidos membros do Fórum que demonstraram a compreensão de que somente se promoverá um outro modelo econômico, político e social nos marcos de um novo regime.

O Fórum de São Paulo, em que pesem as limitações, confirma-se como ambiente de debate, aglutinação e mobilização dos partidos de esquerda, um amplo espaço de convivência política e intercâmbio de experiências na luta antiimperialista.

Reunião do Comitê Central analisa a situação atual

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, apresentou na reunião do Comitê Central do PCdoB, realizada em 3 e 4 de junho, um balanço do que considera a terceira grande ofensiva do imperialismo na tentativa de dominar o mundo. A primeira se deu com a expansão colonial do início do século. A segunda, com o crescimento do nazi-fascismo, que redundou na 2ª Guerra Mundial. E a terceira, em desenvolvimento, com a aplicação do neoliberalismo enquanto fenômeno mundial.

Algumas características foram apontadas por Amazonas na definição desta política da fase atual do imperialismo: o enfraquecimento dos Estados dos países dependentes, em contraste com o fortalecimento dos países centrais e do poder dos grandes monopólios privados; o ataque às conquistas sociais dos trabalhadores nos cinco continentes; as crescentes restrições democráticas que tentam varrer do cenário institucional os partidos mais comprometidos com soluções mais avançadas no aspecto político. Aqui, destacou Amazonas, ressalta o anticomunismo mais exacerbado. Mesmo nos governos ditos "de esquerda democrática" (como no caso dos "socialistas" Felipe Gonzalez na Espanha, e de François Mitterrand na França), acabaram por colocar em prática uma política neoliberal.

A reunião também se deteve na análise da situação política nacional, consagrada na nota que se publica nesta edição d' A Classe Operária.

Ao cabo do primeiro dia dos trabalhos, Amazonas proferiu uma palestra sobre A vitória aliada contra o nazi-fascismo - destacando o papel do Brasil na guerra. O Partido Comunista, na época, contribuiu para o envio da FEB e para fortalecer a luta contra o nazi-fascismo.

Por fim, a reunião da direção nacional do PCdoB tomou as providências finais da preparação da Conferência Nacional do Programa Socialista para o Brasil. Definida a pauta e as normas, a reunião escolheu dos delegados.

PCdoB Goiás X FHC

No último dia 19 de junho, foi ao ar o primeiro programa regional do PCdoB em Goiás.

Com uma linguagem ágil e recursos de computação gráfica avançados, a direção regional do Partido marcou um tento na programação política do Estado.

O conteúdo do programa apresentou como a política neoliberal de FHC afeta profundamente a economia e a situação social do povo goiano. Fez também a defesa da democracia, combatendo o projeto de restrições democráticas em discussão no Congresso Nacional. O programa contou ainda, com a participação de vários partidos e personalidades destacadas em defesa do PCdoB.

No dia 10 de julho será a vez do programa regional do PCdoB na Bahia.

O significado da 8ª Conferência Nacional

No final do mês de agosto realizar-se-á em Brasília a 8ª Conferência Nacional. Esta Conferência situa-se nos marcos do 8º Congresso (1992), que tinha entre suas resoluções mais importantes a elaboração e aprovação do Programa Socialista do Partido. Portanto, somente agora caminhamos para a plenária final, na qual será definitivamente aprovado o Projeto de Programa apresentado pelo Comitê Central à apreciação e discussão do Partido desde setembro de 1993.

Assim, quase dois anos foram necessários a fim de que o conjunto partidário pudesse compreender melhor os conceitos e principais objetivos programáticos, amadurecendo análises e conclusões. Entretanto, é preciso analisar que, mesmo contando largo período de exame e debate, a participação da militância, sobretudo nessa última fase, ficou aquém do esperado. Além disso, não podemos afirmar que o Programa é um documento finito e acabado.

Mas, o que queremos ressaltar nesta altura, é o impor-

tante significado da realização desta 8ª Conferência, destacando o seguinte:

Primeiro, com a aprovação do novo Programa, o Partido vai se orientar por uma estratégia definida e explícita, necessidade primordial para estabelecer o rumo da superação do capitalismo. Porém, isso é ainda uma generalidade. Trata-se, mais precisamente, do primeiro programa do Partido que procura sistematizar o socialismo viável para o Brasil. Após a conquista do poder popular, o que fazer? Antes, isso não era respondido por nós. Hoje, de forma pioneira, já se define, grosso modo, o tipo de sociedade de transição ao socialismo nas condições do Brasil, à luz da experiência e tentativas deste século. Portanto, isso significa um grande passo à frente.

Segundo, na fase atual de globalização do capitalismo, na qual prevalece o modelo e política neoliberais, torna-se cada vez mais inexecutável vingar, nos marcos do sistema burguês, outra orientação, distinta da modelada pela corrente neoliberalizante. Desse modo, para fazer face a essa

onda contemporânea, na busca de um novo caminho, a via do socialismo, mais dia menos dia, vai se impondo como única alternativa plausível. Bem entendido, as formas ou meios de aproximação desse objetivo maior podem alcançar certa variedade, ou passar por momentos intermédios. Mas, outra saída à essa situação, que não seja a construção da transição à nova sociedade - o socialismo -, é cada vez mais restrita, objetivamente, nas condições atuais. Por isso, o nosso Programa é um salto significativo em resposta a esse candente problema.

Enfim, o Programa é a base definitiva de como deve ser o processo de construção socialista em nosso país. É um ponto de partida. Por isso, nos possibilita na luta e no tempo, melhor enriquecê-lo, aprimorá-lo, tornando-o mais justo e adequado às particularidades do Brasil.

Acredito que essas são algumas questões fundamentais que definem a importância histórica da realização da nossa 8ª Conferência Nacional. (Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB)



UNE realiza maior Congresso de sua história

Uma grande vitória da União Nacional dos Estudantes. Foi com esse sentimento que saiu a grande maioria dos delegados ao 44º Congresso da UNE, realizado em Brasília, entre os dias 14 e 18 de junho. O maior congresso já realizado pela entidade elegeu Orlando Silva, estudante de direito da UFBA, o primeiro presidente negro da UNE

Este foi o maior e mais representativo congresso da União Nacional dos Estudantes. Dos 5.346 delegados credenciados nos estados, chegaram a Brasília e retiraram o crachá que permitia votar nos grupos de discussão e nas plenárias, 3.942 estudantes. Com os observadores, eles superavam a marca dos cinco mil.

Mas o Congresso não atraiu apenas estudantes. O ato político realizado no primeiro dia, contou com a presença de governadores, deputados, senadores e diversas personalidades, que saudaram a UNE e protestaram contra a reforma constitucional e a implantação do projeto neoliberal no Brasil.

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, defendeu um referendo popular às modificações constitucionais que estão sendo aprova-

das pelo Congresso. Cristóvam Buarque, governador do Distrito Federal, emocionado, disse que "vamos viver o suficiente para dar um basta ao que está acontecendo e criar uma alternativa para o país". Além deles, estiveram na abertura do Congresso, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o vice-governador do Amapá, Edvaldo Alencar; os deputados Lindberg Farias, Ricardo Gomyde, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Socorro Gomes, Jandira Feghali e Agnelo Queiroz, todos do PCdoB; Matheus Schimdt e Augusto Nardes, do PDT; Vanessa Filipe, do PSDB; Maria Laura, Ester Grossi e Marta Suplicy, do PT; os senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva, do PT; o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva; representantes da UBES, CNTE, Andes, Contag, e outras entidades.



Estudantes fazem a festa com Orlando, presidente da UNE

Alexandre Machado

Campanha pelo referendo popular

O 44º Congresso da UNE aprovou oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso e uma ampla campanha contra as reformas constitucionais e pelo referendo popular, a exemplo do que aconteceu no Uruguai sobre as privatizações. O texto aprovado diz que "a UNE não

reconhece a legitimidade desse Congresso para votar reformas na Constituição. Por isso, deve realizar uma campanha nacional pelo referendo popular sobre as reformas. A população tem o direito de opinar sobre mudanças tão importantes na Constituição, principalmente porque o atual

Congresso não tem o direito de mudar a Carta Magna, visto que não foi eleito para isso".

Os estudantes posicionaram-se também contra a reforma eleitoral e partidária, principalmente no que diz respeito à cláusula de barreira, voto distrital e proibição de coligações.

Seis chapas disputam os votos dos delegados

O último dia do Congresso foi reservado para a eleição da diretoria da UNE. Na plenária anterior, a esmagadora maioria dos delegados já havia decidido que a eleição deveria ser em Congresso. Votaram nessa proposição, os estudantes que simpatizavam com a tese *Saudações a quem tem coragem* e também aqueles vinculados ao Partido dos Trabalhadores, entre outros.

A realização de eleição direta, que alimentou a ideia de uma "oposição unificada" à direção da entidade não vingou. Aliás, a oposição não conseguiu se unificar em nenhum momento do Congresso, pelo simples fato de que era inconsistente, não se baseava em propostas políticas; tinha como único objetivo, tirar da direção da entidade aqueles que deram consequência à luta pelo

Fora Collor e, mais recentemente, contra a revisão constitucional.

O grande número de delegados da tese *Saudações a quem tem coragem* foi responsável pela manutenção de uma direção consequente na UNE. "Valeu o esforço", afirma o presidente eleito, Orlando Silva. Segundo ele, foram meses de preparação para o Congresso, que "elegeu uma diretoria comprometida com as propostas aprovadas pelos estudantes e que, com certeza, vai manter a UNE na luta, contra a aplicação do projeto neoliberal no Brasil".

A diretoria da UNE é formada através da proporcionalidade. Todas as chapas terão representantes, de acordo com o número de votos que obtiveram. (Guimar Prates)

Outras propostas aprovadas

Situação nacional

- ✓ Imediata regulamentação da Constituição.
- ✓ Contra a reedição do Fundo Social de Emergência. Devolução dos 30% tirados da educação.
- ✓ Contra a privatização da Vale do Rio Doce e todas as estatais estratégicas ao desenvolvimento nacional. Anulação das que já foram realizadas.
- ✓ Pela não privatização da Previdência Social.
- ✓ Articulação do Fórum Nacional da Sociedade Civil em Defesa da Soberania Nacional.
- ✓ Contra a Lei de Patentes. Pela liberdade do uso do conhecimento.
- ✓ Pela reserva de mercado no setor de tecnologia e bioenergética.

Universidade

- ✓ A UNE lutará pela imediata aprovação da Lei de Diretrizes e Bases.
- ✓ A UNE deve articular uma mobilização nacional em defesa da universidade pública.
- ✓ A UNE deve lutar contra as reformas constitucionais propostas pelo governo na área de educação. Deve promover ampla mobilização para que permaneçam na Constituição os 18% que devem ser destinados à educação, fiscalizando a utilização desses recursos. Lutar pela aplicação de 25% dos orçamentos estaduais e municipais na educação.
- ✓ A UNE defende a destinação de verbas públicas somente para escolas públicas. E que sejam destinadas mais verbas para o ensino, pesquisa e extensão.

✓ A UNE é contra a proposta de avaliação de final de curso. E deve motivar, em âmbito nacional, estudo profundo, que vise a criação de um projeto de reestruturação da universidade brasileira, tornando-a mais próxima e útil à comunidade.

✓ A UNE não deve participar dos fóruns de aplicação da qualidade total na educação.

✓ Defesa da suplementação imediata das verbas exigidas pela Andifes para as universidades federais.

✓ Contratação imediata de mais professores para completar o quadro efetivo das universidades.

✓ Aumento de vagas nas universidades públicas e nos cursos noturnos

✓ Mais verbas para a moradia estudantil e restaurantes universitários.

Movimento estudantil

✓ O dia 11 de agosto foi definido como Dia Nacional de Luta dos estudantes, com paralisação nacional

✓ A UNE realizará festival de cultura e arte, encontro de mulheres universitárias, encontro de públicas e pagas e seminário latino-americano de reforma universitária. A UNE reativará o Centro Popular de Cultura (CPC).

✓ Caberá ao Coneg discutir e indicar a cota de participação feminina na diretoria da UNE, que será implementada no próximo congresso

Essa foi a votação

| Chapa | Votos | Percentual |
|--|-------|------------|
| Saudações da quem tem coragem - indignação e mudança | 1.621 | 53,36% |
| Pra derrubar a polégnada | 840 | 27,65% |
| Reviravolta | 308 | 10,14% |
| Frente Independente | 199 | 6,55% |
| A hora é essa | 41 | 1,35% |
| Frente de esquerda | 29 | 0,95% |
| Total | 3.038 | 100% |

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois